

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NAS ESCOLAS: GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

FOOD AND NUTRITION EDUCATION IN SCHOOLS: GUARANTEEING THE HUMAN RIGHT TO ADEQUATE FOOD

EDUCACIÓN ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN LAS ESCUELAS: GARANTIZAR EL DERECHO HUMANO A UNA ALIMENTACIÓN ADECUADA

Vanessa Policarpo Maciel¹

Luciano Daudt da Rocha²

Código DOI

Resumo

Na América Latina, a insegurança alimentar e nutricional tem aumentado desde a pandemia da Covid-19, destacando a importância de projetos de Educação Alimentar e Nutricional para promover acesso a alimentos saudáveis e combater a fome. Este artigo objetiva analisar as contribuições dos projetos de Educação Alimentar e Nutricional para mitigar essa problemática na rede pública de ensino de Araranguá, Santa Catarina. Os procedimentos metodológicos foram: a aplicação de questionários para levantamento de dados e mapeamento dos projetos nas escolas; e entrevistas com educadoras, para entender melhor as práticas adotadas, o que contribuiu para identificar os principais fatores de sucesso e desafios dos projetos analisados. A análise qualitativa dos dados permitiu discutir três categorias: segurança alimentar e nutricional, práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade escolar. Os resultados destacam o potencial das práticas de educação alimentar nas escolas para fortalecer a segurança alimentar, especialmente com engajamento da comunidade.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional. Segurança alimentar e nutricional. Direito à alimentação. Participação comunitária.

Abstract

In Latin America, food and nutritional insecurity has increased since the COVID-19 pandemic, highlighting the importance of Food and Nutrition Education projects to promote access to healthy foods and combat hunger. This article aims to analyze the contributions of Food and Nutrition Education projects in mitigating this issue within the public school system of Araranguá, Santa Catarina. The methodological procedures included: the application of questionnaires to collect data and map projects within the schools; and conducting interviews with educators to better understand the practices adopted, which contributed to identifying the main success factors and challenges of the projects analyzed. The qualitative data analysis

¹ Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Email: vpolicarpomaciel@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7707-7606>

² Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Email: luciano.rocha@ulife.com.br | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2548-2961>

allows us to discuss three categories: food and nutritional security, pedagogical practices, and school community involvement. The results highlight the potential of food education practices in schools to strengthen food security, especially with community engagement.

Keywords: Food and nutrition education. Food and nutrition security. Right to food. Community participation.

Resumen

En América Latina, la inseguridad alimentaria y nutricional ha aumentado desde la pandemia de Covid-19, destacando la importancia de los proyectos de Educación Alimentaria y Nutricional para promover el acceso a alimentos saludables y combatir el hambre. Este artículo tiene como objetivo analizar las contribuciones de los proyectos de Educación Alimentaria y Nutricional para mitigar esta problemática en la red pública de enseñanza de Araranguá, Santa Catarina. Los procedimientos metodológicos incluyeron la aplicación de cuestionarios para la recopilación de datos y el mapeo de proyectos en las escuelas, así como entrevistas con educadoras para comprender mejor las prácticas adoptadas, lo que permitió identificar los principales factores de éxito y desafíos de los proyectos analizados. El análisis cualitativo de los datos nos permite discutir tres categorías: seguridad alimentaria y nutricional, prácticas pedagógicas y participación de la comunidad escolar. Los resultados destacan el potencial de las prácticas de educación alimentaria en las escuelas para fortalecer la seguridad alimentaria, especialmente con el compromiso de la comunidad.

Palabras clave: Educación alimentaria y nutricional. Seguridad alimentaria y nutricional. Derecho a la alimentación. Participación de la comunidad.

Introduzindo a conversação

A oferta de alimentos saudáveis durante a infância, juntamente com o início da Educação Alimentar e Nutricional, é crucial para que crianças em idade escolar recebam os nutrientes necessários para um crescimento físico adequado e desenvolvimento cognitivo saudável. Além disso, a Educação Alimentar e Nutricional não se limita a práticas pedagógicas, mas envolve a garantia do direito fundamental à alimentação adequada, que é parte integrante dos Direitos Humanos.

No âmbito de discussões internacionais, foi proclamada e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz, no artigo 25, a alimentação como um dos direitos fundamentais.

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice

ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional que, desde seus primeiros anos, tem promovido o debate, a produção de conhecimento e operacionalizado ações com vistas a assegurar às pessoas o que está preconizado no artigo 25. Seitenfus (2012) salienta algumas ações humanitárias exercidas pelas agências especializadas da ONU, como a distribuição de produtos de primeira necessidade: alimentos, medicamentos e material sanitário. Com papel central nestas ações, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) atua no combate à insegurança alimentar no mundo.

Além da FAO, cabe citar o Programa Mundial de Alimentos (PAM), um órgão de apoio da ONU que atualmente é a maior organização humanitária do mundo. Seu trabalho consiste em fornecer alimentos e outros tipos de assistência a pessoas vítimas de situações emergenciais, como conflitos, secas, enchentes, terremotos, furacões, quebras de safra, pandemias, além de promover ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, ao combate à fome e à segurança alimentar e nutricional em diversos países. Um dos seus focos é incentivar programas de alimentação escolar vinculados à agricultura familiar e nutrição (Nações Unidas Brasil, 2020).

Em 1974, a Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela ONU, criou o Comitê de Segurança Alimentar Mundial, que até hoje é a mais importante plataforma intergovernamental de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2013).

Apesar do trabalho de organizações internacionais e de setores do Estado e da sociedade civil, a situação de miséria e fome no mundo continua apresentando números bastante elevados, indicando a distância que estamos de garantir a alimentação adequada como um direito fundamental das pessoas. Os *Relatórios de Segurança Alimentar e Nutricional Mundial*, produzidos pela FAO, FIDA, UNICEF, PAM e WHO (2021, 2022), revelam um aumento significativo no número de famílias enfrentando insegurança alimentar e nutricional em todo o mundo, especialmente nos países da América Latina, desde o início da pandemia de Covid-19. Segundo o relatório, quase 60% da população africana enfrentou insegurança alimentar moderada ou grave em 2020, enquanto na América Latina e Caribe, essa situação afetou 41% da população (FAO; FIDA; UNICEF; PAM; WHO, 2021).

A fome é uma das maiores adversidades presentes em diversos países e vem sendo debatida mundialmente, sobretudo a partir do período pós-guerra, na década de 1920. O brasileiro Josué de Castro, entre as décadas de 1940 e 1960, destacou-se no cenário internacional por seus estudos sobre a fome. O autor mostrou que a fome é um fenômeno histórico, biológico e social, ressaltando que fatores políticos relacionados à produção e distribuição de alimentos, desigualdades sociais, políticas salariais, condições de qualidade de vida definem quem irá passar fome ou não (Almeida, 2022).

Os dados trazidos pelos relatórios que citamos acima indicam que as crianças são uma parcela vulnerável à fome e à insegurança alimentar (FAO; FIDA; UNICEF; PAM; WHO, 2021). Pensando na realidade do Brasil, destacamos a responsabilidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no enfrentamento das situações de insegurança alimentar de crianças e adolescentes. A Lei nº 11.947/2009 preconiza que a alimentação escolar deverá ser saudável e adequada para as necessidades das crianças, além de respeitar a cultura, tradições e hábitos alimentares regionais. Dessa forma, a alimentação irá contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, influenciando inclusive em seu rendimento escolar (Brasil, 2009, p. 1).

Além de oferecer a merenda escolar, o PNAE apresenta mais duas abordagens para combater a insegurança alimentar. A primeira delas é o fortalecimento da agricultura familiar com a aquisição de pelo menos 30% de alimentos desta fonte de agricultura, e outra é a implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional.

As políticas públicas de fornecimento de merenda escolar, compra de alimentos da agricultura familiar e projetos de Educação Alimentar e Nutricional aplicados nas escolas visam a contemplar o direito fundamental do ser humano à alimentação adequada.

Ao promover a Educação Alimentar e Nutricional nas escolas, em um contexto global de crescente insegurança alimentar, as iniciativas do PNAE e de outras políticas relacionadas podem servir como um modelo de integração entre educação e direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade menos desigual e mais saudável.

A pergunta de pesquisa que almejamos responder com a investigação é: quais as possíveis contribuições da Educação Alimentar e Nutricional na rede estadual de ensino para a redução das situações de insegurança alimentar das crianças? Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições

dos projetos de Educação Alimentar e Nutricional para o enfrentamento dessa problemática no município de Araranguá, Santa Catarina, na rede pública de ensino. Está dividido em sete seções, sendo a primeira esta introdução, seguida pela metodologia. O desenvolvimento da pesquisa está contemplado nas seções: *Que lanche tem hoje? Educação Alimentar e Alimentação Escolar; Insegurança Alimentar e Nutricional; Práticas pedagógicas e Envolvimento da comunidade escolar.* Finaliza-se com as considerações finais.

Caminhos Metodológicos

Compreendendo a Educação Alimentar e Nutricional como aliada na formação pedagógica das crianças, ao reconhecer os alimentos seguros e saudáveis que potencializam a aprendizagem e concentração, intentamos responder ao questionamento: quais as possíveis contribuições da Educação Alimentar e Nutricional na rede estadual de ensino para a redução das situações de insegurança alimentar das crianças? Nosso objetivo é analisar as contribuições da Educação Alimentar e Nutricional na rede estadual de ensino para reduzir essas situações no município de Araranguá, Santa Catarina, garantindo o direito de aprendizagem. Para tal, realizamos uma pesquisa básica com objetivo exploratório e utilizamos como base de procedimentos técnicos a pesquisa de campo. A análise de dados é qualitativa.

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas, sendo a primeira a aplicação de formulário para levantamento de dados e mapeamento das escolas com projetos, e a segunda com entrevistas semiestruturadas com educadoras para aprofundamento das discussões. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, tendo aprovação sob o Parecer nº 5.980.917. O Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo comitê, foi apresentado para o aceite às convidadas para sua anuência por meio do e-mail fornecido pelas especialistas pedagógicas das escolas ou pessoas que elas indicaram.

No primeiro momento da coleta de dados, aplicamos um questionário padrão com formulário em *Google Forms* enviado por e-mail para as 15 unidades escolares da rede pública estadual de ensino do município de Araranguá-SC. Os convites para participação nesta fase da pesquisa foram feitos individualmente para cada participante, mantendo a confidencialidade. Para o primeiro contato com as escolas, selecionamos uma profissional responsável pelo acompanhamento pedagógico de cada uma das 15 unidades escolares, obtivemos os números de telefones por meio de grupo de WhatsApp administrado

pela Coordenadoria Regional de Educação da região. Por telefone explicamos como seria a aplicação da pesquisa e solicitamos o e-mail das escolas. Das 15 instituições contatadas, 14 disponibilizaram o e-mail da escola para participação na pesquisa e, ao final, obtivemos 12 respostas ao formulário.

Com esse levantamento de dados, mapeamos as escolas que desenvolvem projetos em andamento e agendamos visitas às escolas, onde realizamos entrevista semiestruturada com educadoras das escolas que aceitaram participar da pesquisa. Das 12 escolas que responderam ao formulário, nove manifestaram interesse em participar das entrevistas presenciais. Realizamos contato com as coordenadoras pedagógicas ou direção das unidades e agendamos as datas das entrevistas. Nossa objetivo com esta etapa foi conhecer as experiências das educadoras que atuam diretamente com projetos de Educação Alimentar e Nutricional, portanto deixamos em aberto para a unidade escolar a possibilidade de conversarmos com todas as educadoras que tivessem prontidão para nos atender. Assim sendo, alcançamos 11 professoras de anos iniciais do Ensino Fundamental, uma professora de Ciências dos anos finais do Ensino Fundamental, um professor de laboratório e uma professora de Inglês readaptada, provenientes de seis unidades escolares. As perguntas preestabelecidas serviram para guiar nossos diálogos, mas procuramos deixar as participantes à vontade para narrar suas experiências.

As conversas foram conduzidas com direcionamento de três eixos de observação: segurança alimentar e nutricional, práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade escolar nas atividades. Para os registros utilizamos papel, caneta e gravação de áudio, apenas uma participante não autorizou a gravação e utilizamos papel e caneta para o registro desta conversa. Na análise das pesquisas de campo deixamos vir à tona, a partir das narrativas pessoais, as respostas ao nosso questionamento, estabelecendo as relações necessárias entre a Educação Alimentar e Nutricional e a segurança alimentar e nutricional.

Que lanche tem hoje? Educação Alimentar e Alimentação Escolar

A aplicação da primeira fase da pesquisa de campo permitiu-nos conhecer o panorama do município quanto aos projetos de Educação Alimentar e Nutricional realizados. Das 12 escolas participantes, 10 afirmaram realizar projetos com essa temática. A partir dos dados fornecidos pelas

escolas, estimamos que aproximadamente 90 educadoras estejam envolvidas com esses trabalhos, que beneficiam cerca de 3.150 crianças e adolescentes com idade entre 4 e 16 anos.

As equipes pedagógicas e gestoras definiram como objetivos dos projetos incentivar o consumo de alimentos saudáveis, conscientizar os alunos sobre a importância de uma alimentação equilibrada e promover a saúde e a qualidade de vida. Observamos que esses objetivos estão alinhados principalmente com os princípios 5 e 6 do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, que visam à "promoção do autocuidado e da autonomia" e à "educação como um processo contínuo que gera autonomia e participação ativa e informada dos indivíduos". A relevância desses princípios reside na capacidade de fomentar uma transformação social por meio de uma ação crítica, inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire (Brasil, 2012). Além disso, 91,7% das escolas afirmaram que seus projetos incentivam o consumo da alimentação escolar fornecida pelo PNAE.

Os procedimentos pedagógicos variaram amplamente, incluindo atividades em sala de aula, como conscientização sobre alimentação saudável, pesquisa, confecção de cartazes, construção de pirâmides alimentares, discussão sobre composição e valores nutricionais dos alimentos e jogos educativos. Ademais, foram realizadas atividades práticas fora da sala de aula, como construção de hortas, compostagem, plantio de diversas culturas, elaboração de cardápios, produção de receitas com ingredientes das hortas e degustação de alimentos. Duas escolas envolveram ainda as famílias em reuniões, vídeos e palestras informativas. Das escolas participantes, seis utilizaram hortas escolares como recurso pedagógico.

Das dez unidades escolares que realizam projetos de Educação Alimentar e Nutricional, nove responderam que teriam educadoras dispostas a participar das entrevistas semiestruturadas. Para esta etapa, elegemos como categorias para a coleta de dados das entrevistas: segurança alimentar e nutricional, práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade escolar nas atividades.

Para realizarmos as entrevistas semiestruturadas, entramos em contato com as assistentes técnicas pedagógicas, especialistas e diretoras das nove escolas que manifestaram interesse em participar desta etapa da pesquisa e pedimos para agendarmos horários para as visitas com as educadoras que se disponibilizassem em participar. Conversamos com 13 professoras e um professor, com idades entre 31 e 55 anos, de seis unidades escolares, entre os dias 22 de maio e 14 de junho de 2023.

Após nos apresentarmos para cada um dos participantes, solicitamos autorização para gravação de áudio das nossas conversas. Apenas uma professora não autorizou a gravação e com ela utilizamos o registro escrito. O tempo das entrevistas foi de aproximadamente 20 a 30 minutos com cada participante. Realizamos as transcrições ouvindo as gravações e utilizando a ferramenta Google de transcrição por voz. Os registros foram organizados em formulário Excel e divididos nas categorias: insegurança alimentar e nutricional; práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade escolar.

Das 14 pessoas entrevistadas, 11 eram professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma professora de Inglês readaptada, um professor de História atuando em laboratório e uma professora de Ciências de anos finais do Ensino Fundamental. Apesar da equipe pedagógica das escolas visitadas afirmar que os projetos abrangem todas as etapas de ensino, tivemos dificuldade de acesso às educadoras dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Para mantermos a confidencialidade das entrevistadas, enumeramos as escolas de 1 a 6 e utilizamos nomes fictícios para identificar as professoras.

Insegurança Alimentar e Nutricional

Trabalhando com um conceito de insegurança alimentar como comprometimento da qualidade e quantidade de alimentos necessários para a manutenção da saúde e do desenvolvimento, doze professoras relataram alguns momentos em suas trajetórias profissionais em que se depararam com crianças nessas situações. De acordo com as entrevistadas, é comum algumas crianças chegarem mal-alimentadas à escola, principalmente pela manhã. Mesmo quando a criança não relata abertamente, algumas educadoras conseguem perceber quando ela não se alimentou antes de ir para a escola.

A professora Taís, da Escola 5, declara que situações de insegurança alimentar são muito comuns na rede pública de ensino, quando a criança chega na aula sem ter tomado café da manhã e às vezes sem ter jantado na noite anterior. É possível perceber que não se alimentou porque ela fica mais cabisbaixa, não consegue fazer as atividades. Ela destaca que o mau preparo e a falta de higiene também prejudicam a segurança alimentar da criança. À vista disso, o papel das professoras na conversa direta com as crianças é fundamental para diagnosticar alguns casos de insegurança alimentar e nutricional. Como podemos observar no relato a seguir:

Às vezes a gente vê criança que vem para escola já pensando na garantia da alimentação. Então eles sempre perguntam: 'Ah, professora, o que tem de lanche?' A gente fala, porque a gente tem o cardápio certinho na sala. Daí eles falam: 'Ai, hoje eu vou encher a barriga'. Então são relatos que eles falam, a gente sabe que tem algumas famílias que são mais carentes. Já aconteceu aqui também. Mas na minha trajetória toda sempre tem. Eles, 'ah professora, tô com dor de cabeça' e a gente às vezes pensa que é uma 'mainha' para ir embora, aí a gente começa a investigar: tomou café da manhã? Daí aconteceu um ano, não foi aqui, que a criança respondeu: 'Ah, professora, eu não como desde ontem meio-dia'. Daí eu disse: 'Ah, mas por quê? O que aconteceu?' Daí eles falam o relato deles ali, que a mãe não quis fazer, alguma coisa desse sentido, ou a mãe tava chateada, foi para o quarto e não fez. Então várias situações já aconteceram [sic] (Ana, Escola 5).

Nesse caso citado pela professora Ana, vimos que a família pode negligenciar o direito da criança à alimentação adequada e que, além da falta de alimentos, pode haver falta de informação, tempo ou mesmo interesse no preparo dos alimentos.

Alguns relatos mostraram que, além da falta de alimentação, a baixa qualidade dos alimentos também reflete negativamente na segurança alimentar das crianças. Nesse sentido, mesmo aquelas que têm acesso a alimentos frequentemente podem ser prejudicadas pelo consumo de ultraindustrializados. De acordo com a professora Tatiane, da Escola 2, uma aluna que se alimentava apenas com macarrão instantâneo em sua casa apresentava aspecto e aparência diferentes das outras crianças e no refeitório oferecia resistência para comer alimentos mais nutritivos. O pai da criança foi chamado para conversar e alegou falta de tempo para preparar os alimentos adequados.

O professor Rafael, também da Escola 2, relata que os professores algumas vezes não imaginam que o aluno passe por necessidade de alimentação. Segundo ele, no período pós-pandemia, uma aluna relatou que durante o isolamento social a família perdeu a fonte de renda e, por alguns períodos, se alimentaram apenas de macarrão instantâneo e biscoito por causa do custo.

Essa característica da insegurança alimentar brasileira, ocasionada pela falta de qualidade dos alimentos consumidos, vem sendo apontada como crescente nas três últimas décadas. Enquanto o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados diminui, a taxa de consumo de alimentos ultraprocessados aumenta gradativamente (Levy *et al.*, 2022).

Entre os aspectos negativos de uma dieta baseada no consumo de alimentos ultraprocessados, o Guia Alimentar para a População Brasileira destaca a composição nutricional desbalanceada e o

favorecimento de consumo excessivo de calorias, além de impactos culturais, sociais e ambientais (Brasil, 2015).

Em casos específicos, professores se mobilizam para ajudar a família em situação de vulnerabilidade, como exemplifica a professora Sofia, da Escola 6: “*Já tivemos em alguns anos assim de famílias bem carentes, que daí a gente até ajudou com cestas, com doações*” [sic].

Todas as pessoas que participaram das entrevistas acreditam que o fornecimento de alimentação escolar produz impacto positivo para a garantia da segurança alimentar. Como enfatizado nas falas da professora Helena, da Escola 1:

[...] pela rotina dos pais, né, às vezes é muito mais prático preparar uma alimentação ou almoço com processado, enfim coisas que são mais fáceis, né? E o lanche da escola ele é muito saudável, né? Ele tem essa questão assim, que prioriza uma alimentação saudável, então agrega e muito [sic].

A professora Karen, da Escola 3, reforça: “*Um impacto positivo, porque é uma alimentação... eles conseguem ver o que é uma alimentação realmente saudável.*”

Não obstante essa característica de qualidade da alimentação escolar, algumas famílias persistem mandando lanches de casa para as crianças se alimentarem na escola. As educadoras destacam que, apesar das orientações, muitas vezes esses alimentos são inadequados. “*Daí é totalmente desequilibrado: bolacha recheada, suquinhos prontos, sabe? Doce, bala, pirulito, tudo isso eles trazem de casa: fritura, pastel, pizza, de tudo um pouco. Pouco se vê um bolinho caseiro que a mãe faz. Não. É tudo industrializado*” (Mirian, Escola 2). “*Normalmente bolacha recheada, chips, às vezes um bolinho assim, mas normalmente os que trazem de casa: waffle, bolacha recheada e chips, normalmente, iogurte. Alguns trazem uma barrinha de cereal, pãozinho, sanduíche, acontece também, mas a maioria é doce*” (Daiane, Escola 1).

Algumas educadoras destacaram o impacto positivo das iniciativas de Educação Alimentar nas escolas, evidenciando mudanças significativas nos hábitos alimentares dos alunos. As práticas pedagógicas implementadas, como a restrição gradual de alimentos não saudáveis e a promoção de opções mais nutritivas, têm influenciado diretamente a adesão à alimentação fornecida pela escola e a escolha dos lanches trazidos de casa. Esse progresso não só reflete a eficácia dos programas de educação nutricional,

mas também demonstra o compromisso das escolas em promover uma alimentação saudável e equilibrada, alinhada com os princípios do PNAE.

Quanto à questão da influência da insegurança alimentar na aprendizagem, as professoras evidenciam dificuldades de concentração, falta de ânimo, dores e náuseas, fatores que dificultam a capacidade de aprendizagem. Os relatos apontam que a criança mal-alimentada permanece até o intervalo ansiosa pelo momento de se alimentar.

A gente sempre escuta dizer que a criança que não está bem alimentada, não consegue aprender direito, né? Então assim a criança, quando ela não toma um café da manhã mínimo, né, quando ela não faz uma refeição ali meio-dia completa, ela fica dispersa, ela fica inquieta, às vezes passa mal, às vezes fica enjoada, às vezes tá muito preocupada, ansiosa pela hora do recreio, nas crianças mais carentes que às vezes não têm alimentação em casa. Ela fica muito ansiosa e não consegue nem se concentrar nas atividades de sala de aula, ficam ali toda hora querendo saber o que é que vai ter de alimento [sic] (Rafael, Escola 2).

A professora Mirian, da Escola 2, ressalta: “[...] uma criança que não recebe todos os nutrientes que precisa, eu acredito que vai influenciar na aprendizagem dela, ela vai ficar fraca, ela não vai ter atenção que necessita. Aquelas crianças bem carentes mesmo, a aprendizagem é pouca, elas têm mais dificuldades” [sic].

Os relatos das professoras corroboram o conceito de *inclusão excludente* apresentado por Gentili (2009). Para o autor, crianças em situação de vulnerabilidade, mesmo quando apresentam boa frequência na escola, são prejudicadas pela própria condição social, que as coloca em desvantagem em relação às possibilidades de aprendizagem. Freitas (2009) também verifica esse problema ao apontar que a escola pública brasileira não observa as diferenças de privilégios de parte dos alunos que têm os direitos básicos garantidos e contam com a presença familiar, enquanto as crianças que não têm nem a garantia da alimentação são postas em condições de igualdade e muitas vezes estão fadadas ao fracasso escolar.

Práticas Pedagógicas

Quanto às atividades pedagógicas que vêm sendo realizadas, uma possibilidade encontrada na Escola 1 para incentivar a prática de alimentação saudável consiste em divulgar o cardápio escolar nos

grupos de WhatsApp com o nome dos alimentos. Por meio dessa estratégia, as famílias passaram a conhecer os alimentos que as crianças consomem na escola e diminuíram o envio de lanches de casa.

Na Escola 1 tivemos a oportunidade de conversar com as professoras Helena, do 1º ano, e Daiane, do 2º ano do Ensino Fundamental. Ambas afirmaram trabalhar com Educação Alimentar e Nutricional há mais de seis anos, pois acreditam que o tema é fundamental para as crianças pequenas. Sobre as atividades e estratégias pedagógicas, Daiane explica que trabalham com a apresentação de variedade dos alimentos, com degustação, explicando os problemas com os excessos de determinados alimentos e a importância de saber dosar. As professoras enfatizam que buscam conhecer a realidade das crianças a fim de fazer uma intervenção mais assertiva.

A gente faz assim, pesquisa sobre o que eles se alimentam em casa, a gente fez jogos, uma trilha de perguntas sobre alimentação, a gente fez uma seleção com figuras de alimentos que são saudáveis ou não são saudáveis, tinha as boquinhas que eles tinham que colocar, a gente fez a contação de história da cesta da Dona Maricota, que ela vai fazer compras, né? A gente já fez todas as frutas e verduras, legumes e daí a gente vai identificando e separando os grupos, a gente fez uma pesquisa da fruta preferida da turma, fizemos gráfico, a gente trabalhou a pirâmide alimentar, a questão dos carboidratos, proteínas, então têm registros da pirâmide, eles trouxeram alimento e a gente montou com papelão a pirâmide e eles iam colocando em cada parte. É assim... a gente trabalhou com adivinhas... [sic] (Daiane, Escola 1).

De acordo com Helena, como ela acompanha as crianças no refeitório durante o recreio, consegue estimulá-las a comerem o lanche da escola. “*Aqueles alunos que eu vejo que não trouxeram lanche e não pegaram o lanche, eu vou lá, estimulo e geralmente dá certo, sabe, essa estratégia.*”

Na Escola 1, as professoras relataram ser possível observar impactos sobre os hábitos alimentares das crianças, como: aumento no índice de adesão da alimentação escolar fornecida pela escola e, para crianças que continuavam trazendo lanche de casa, as opções passaram a ser mais frutas. Contudo, Daiane afirma que o trabalho precisa ser contínuo ou pode acabar se perdendo. Helena ressalta que houve melhores resultados depois que a escola passou a divulgar o cardápio para as famílias; de acordo com ela, uma responsável da escola coloca o cardápio diariamente nos grupos.

Na Escola 2, a equipe pedagógica nos informou que a Educação Alimentar e Nutricional envolve todos os alunos da escola, que é de Ensino Fundamental e Médio, e logramos conversar com quatro profissionais: um professor de laboratório e três professoras de anos iniciais. As docentes relataram que a

Educação Alimentar e Nutricional é um tema trabalhado por elas em todos os anos. O professor Rafael, que está com o trabalho da horta escolar, afirmou que realiza hortas nas escolas em que trabalha desde o ano de 2005.

Rafael relata que, como professor de Laboratório Maker, pode desenvolver projetos com as turmas. De acordo com ele, a horta escolar é um projeto que está à disposição para todas as turmas, mas “[...] as turmas que se interessaram e que estão participando são as turmas do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental 1 no período matutino e vespertino, são 10 turmas que participam desse projeto”.

Sobre os resultados do projeto, o professor Rafael afirma que as crianças se envolvem muito com as atividades. “É uma atividade ao ar livre. É uma atividade que eles tocam na areia, na terra, é legal que eles estão vendo aquilo ali crescer. Aquilo chama atenção deles, né? Então, assim, as crianças, elas se envolvem completamente” [sic]. Outro aspecto positivo é que apesar de o espaço da horta ser aberto, ninguém danifica, as crianças cuidam porque entendem que é delas. De acordo com ele, é um trabalho lento, porque as crianças recebem muita informação negativa, propagandas e influência das famílias para uma alimentação não saudável, mas algumas já relatam estar fazendo hortas em casa com a família. A professora Tatiane também observa resultados em algumas crianças na redução de consumo dos industrializados. Mirian e Roberta acreditam que para um resultado efetivo é necessário um trabalho que envolva as famílias, pois apesar de as crianças aprenderem, em casa acabam não dando continuidade.

Na Escola 3, conversamos com as professoras Diana, Karen e Tânia, todas atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Quanto às atividades pedagógicas, as professoras trabalham com vídeos educativos, jogos, textos e pirâmide alimentar. Também foram desenvolvidas atividades com as famílias, como um informativo nos grupos, fixação de cartazes na entrada da escola, além de palestra para os pais em uma reunião. Além disso, o cardápio é disponibilizado semanalmente nos grupos, permitindo que a família acompanhe a alimentação que a criança recebe na escola. Diana afirma que essa estratégia é muito positiva. Conforme as professoras Karen e Diana, as crianças têm trazido lanches saudáveis e relatam que em casa replicam o que estão aprendendo na escola. Tânia menciona que, embora haja transformações, as crianças mais resistentes às mudanças precisam de mais atenção.

A professora Janete, pedagoga que leciona nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, foi a nossa colaboradora na Escola 4. Ela declara que a horta escolar é supervisionada pelo assessor de direção,

e nesse espaço desenvolvem atividades com as crianças: elas plantam, observam e produzem compostagem. Em sala de aula, os alunos produziram coletivamente um texto instrucional sobre como construir hortas em casa, realizaram atividades de alfabetização com listas e, no laboratório de Ciências, trabalharam com sementes e germinação. Apesar disso, é difícil avaliar se o projeto tem produzido alguma mudança na alimentação das crianças, porque nesta escola as professoras não acompanham os recreios.

Ana e Taís se reuniram conosco na Escola 5 para contarem suas experiências pedagógicas, ambas são professoras de anos iniciais. Elas relataram que o trabalho de Educação Alimentar e Nutricional é desenvolvido de forma contínua, dando sequência a trabalhos de anos anteriores. Ana explica que uma estratégia é dialogar bastante com as crianças, deixá-las expressarem o que pensam e como se sentem em relação aos alimentos. Não se trata de proibição, mas de mostrar que certos alimentos não fazem bem à saúde e devem ser consumidos esporadicamente.

A Escola 5 está localizada em uma comunidade do interior do município. No dia do nosso encontro um pai voluntário estava arando (com o trator) a terra onde as crianças iriam começar a desenvolver a horta. Além disso, o espaço tem um pomar com frutas que as crianças podem colher.

A falta de qualidade da alimentação das crianças e o excesso do consumo dos alimentos ultraprocessados constituem uma inquietação constante para as professoras. Esse modelo de padrão alimentar atual é uma das práticas que Azevedo (2022, p. 312) nomeia como *colonialidade alimentar cultural*. Para a autora, “a comida é um patrimônio cultural imaterial, e destruir essa cultura também é uma forma de enfraquecer o povo e dominá-lo”. Nesse sentido, a inclusão dos ultraprocessados e alimentos como o trigo são exemplos de invisibilidade e destruição da cultura alimentar dos nativos e dos negros, com a desvalorização de alimentos como: amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e frutas nativas.

Na Escola 6, Sofia, professora de Ciências e Matemática do Ensino Fundamental, se prontificou a compartilhar sua prática. Ela mencionou que a disciplina de Ciências permite trabalhar com muitos projetos integrados ao conteúdo. A escola está localizada em uma comunidade do interior do município, muitas famílias trabalham com agricultura e têm experiência com hortas domésticas, então eles contribuem com mudas e ajudam a cuidar da horta escolar. “É o tipo de aula que eles gostam” [sic] (Sofia, Escola 6). A professora trabalha a importância de consumir alimentos saudáveis a partir dos itens que vai

incluindo na horta. Para manter o projeto funcionando, a professora conta com doações de recursos da comunidade (sementes, mudas, adubo) e organiza escalas de alunos que irão cuidar da irrigação e do plantio a cada semana. O projeto da horta abrange também as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental, que estão plantando ervas medicinais.

As dificuldades encontradas para a execução de projetos de Educação Alimentar e Nutricional perpassam questões como a falta de recursos. “*Então, a gente faz com o que a gente tem e às vezes falta bastante coisa. [...] Então assim ó, falta essa parte de incentivo, de ter mais condições, porque a gente possa dizer que o que tem aqui é o mínimo, é o mínimo do mínimo, tem algumas ferramentas e boa vontade só*” [sic] (Sofia, Escola 6). Conforme a educadora, quase tudo que usam na horta é doação das famílias e das crianças.

Em congruência com Sofia, da Escola 6, Rafael, da Escola 2, observa obstáculos semelhantes e pontua a falta de incentivo e recursos estaduais ou federais para aquisição de ferramentas, equipamentos, sementes e insumos. Outro aspecto destacado por ele é a dificuldade de envolvimento de parte dos colegas.

As professoras Diana e Karen, da Escola 3, falam sobre a resistência das crianças em experimentar alimentos com os quais não estão habituadas. Janete, da Escola 4, apresenta argumento semelhante: “*Alimentação deles não é correta, eles gostam mais de refrigerante, bolacha recheada. Convencer eles a experimentar é o mais difícil. Mudar os hábitos*” [sic]. Para Ana, da Escola 5, família e escola precisam andar juntas.

As professoras apontam que os hábitos familiares dificultam os resultados do projeto de Educação Alimentar e Nutricional. Para Júlia, da Escola 1, “*a conscientização da comunidade escolar eu acho que é a conscientização assim a maior dificuldade. Porque as pessoas não querem mudar de hábitos, elas querem continuar comendo porcaria e querem ser saudáveis ainda*” [sic]. Neste sentido, Roberta, da Escola 2, afirma que “*na sala a gente observa que fala e eles entendem, mas em casa é outra coisa, não tem a prática*”.

Constatamos que os projetos de Educação Alimentar e Nutricional abordados pelas educadoras estão pautados na qualidade nutricional dos alimentos e na busca de desenvolver a autonomia das crianças em escolher alimentos mais adequados à manutenção da saúde. Embora nas escolas 4 e 6 as

professoras tenham relatado não acompanhar os resultados de possíveis mudanças nos hábitos alimentares dos alunos, nas escolas 1, 2, 3 e 5 as professoras relataram que é possível observar que as crianças passaram a levar menos alimentos ultraprocessados para os lanches, além de notaram maior adesão à alimentação fornecida pela escola, especialmente quando as crianças ou famílias têm acesso prévio aos cardápios.

Envolvimento da Comunidade Escolar

As entrevistas demonstraram que as mudanças requerem trabalho contínuo e participação da comunidade escolar nas atividades. Para Freire (2020, p. 119), uma *educação popular* prevê a participação da comunidade escolar atuante: “É a que entende a escola como um centro aberto à comunidade e não como um espaço fechado.” As falas das entrevistadas convergem para a perspectiva de Freire, ao apontarem que, sem a colaboração das famílias das crianças, não há mudança. Contudo, algumas admitem que há falhas nessa integração entre escola e família.

Dialogando diretamente sobre o envolvimento das famílias com os projetos de Educação Alimentar e Nutricional na Escola 1, Júlia relatou que é muito pouco, que só por meio das informações nos grupos tem tido algum retorno: “*Eles vêm na escola e falam: ‘Eu não sabia que na escola servia tudo isso de comida, é muito melhor que lá em casa, é muito melhor do que na casa de qualquer pessoa, porque na casa da gente às vezes a gente não tem aquilo ali diariamente, a variedade, e tudo novinho’.*”

Roberta afirmou que a Escola 2 promove dois momentos para a integração das famílias com as atividades pedagógicas: o Dia da família na Escola e a Feira Multidisciplinar. Para Mirian, da Escola 2, a falta de tempo interfere no envolvimento da comunidade escolar. De acordo com a professora, no ano anterior a família se envolveu bastante, principalmente no Dia da família na Escola. “*Para ter um resultado legal com as crianças é necessário ter um projeto com os pais sim e que os pais tivessem bem envolvidos também.*” [sic]

Na Escola 3, Diana aponta uma particularidade facilitadora para o envolvimento da comunidade escolar nas atividades pedagógicas, que é o tamanho da comunidade. Para ela, o fato de a comunidade ser pequena aproxima as famílias da escola. Nesse contexto, foram realizadas palestras sobre alimentação

saudável para as famílias, além de conversa com os pais na assembleia de pais e orientação fixada em cartazes na entrada da escola.

As professoras Ana e Taís, da Escola 5, relataram que a comunidade escolar é bem presente. Ana explanou que a escola promoveu momentos de palestras sobre a Educação Alimentar e Nutricional com as professoras, mas que elas gostariam de receber uma formação mais prática, com atividades para implementar.

Observamos em nossas entrevistas que as professoras acreditam que o envolvimento das famílias nas atividades de Educação Alimentar e Nutricional tende a contribuir de forma positiva para os resultados dos projetos.

Percebemos, nas iniciativas das escolas e das educadoras em trabalhar projetos de Educação Alimentar e Nutricional, uma tendência de descolonialidade alimentar. Amostra disso são as hortas escolares como recursos pedagógicos. Por meio delas as crianças têm oportunidades de contato com a produção de alimentos *in natura*, conhecem a terra, o plantio, a colheita e os sabores.

Nesse cenário, o incentivo ao consumo dos alimentos fornecidos pelo PNAE também fortifica a resistência à colonialidade alimentar, que é tão prejudicial à segurança alimentar das famílias. A lógica colonial de poder persiste, forçando as pessoas a consumirem e oferecerem para as crianças alimentos de baixo custo e alta praticidade, em detrimento de alimentos de qualidade nutricional.

Encerrando o Diálogo

Nossa jornada investigativa retratou que os projetos de Educação Alimentar e Nutricional, pautados no PNAE, possuem potencial de impacto positivo nas situações de insegurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina, tanto para a melhoria da adesão das crianças aos cardápios servidos quanto à melhoria da autonomia na escolha de alimentos mais saudáveis. A alimentação escolar e a Educação Alimentar e Nutricional reconhecem e contribuem para a garantia de dois direitos fundamentais das crianças: o direito humano à alimentação adequada e o direito à aprendizagem.

Na primeira etapa da pesquisa de campo, alcançamos participação expressiva das escolas no retorno dos formulários. Das 15 escolas estaduais do município, 12 responderam às nossas indagações, o

que possibilitou um cenário amplo da aplicação de projetos de Educação Alimentar e Nutricional. Pudemos notar que a Educação Alimentar e Nutricional alcança aproximadamente 3.150 crianças e adolescentes em idade escolar de 10 escolas que afirmaram realizar projetos. Isso demonstra o quanto a temática tem instigado as educadoras.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, realizamos entrevistas semiestruturadas com educadoras de seis escolas que se dispuseram a nos receber. Nossas categorias na análise da pesquisa de campo foram: insegurança alimentar e nutricional, práticas pedagógicas e envolvimento da comunidade Escolar. Sobre a insegurança alimentar e nutricional dos alunos, registramos que doze professoras entrevistadas relataram insegurança alimentar das crianças, seja pela falta de alimentação, seja pela insuficiência dela. Outro aspecto da insegurança alimentar evidenciado nas conversas está intimamente relacionado às questões de falta de qualidade nutricional das refeições domésticas, com consumo exacerbado de alimentos ricos em calorias e pobres nutricionalmente. Todas as entrevistadas demonstraram preocupação com a qualidade da alimentação como forma de prevenção de obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis. Constatamos, com nossa escuta, que as crianças mal-alimentadas estão em posição desfavorável para a aprendizagem, pois não conseguem concentrar-se nas atividades e tendem a ser mais fracas e desanimadas.

Percebemos, durante nossos diálogos com as educadoras, que a alimentação escolar oferecida pela escola tem uma contribuição considerável na garantia da segurança alimentar das crianças, ou pela possibilidade de suprir as necessidades carenciais da alimentação doméstica ou por garantir uma alimentação de qualidade melhor às que muitas crianças têm acesso regularmente.

As estratégias pedagógicas descritas pelas educadoras são bastante variadas: pesquisa, construção de cartazes, jogos, filmes, palestras, contação de histórias, escrita de textos, construção de hortas escolares e composteiras, degustação de alimentos e confecção de cardápios. As 15 entrevistadas indicaram um bom envolvimento das crianças nas atividades propostas, essa demonstração de interesse pode servir como comprovação da relevância da temática. Freire (1996) nos provoca, enquanto gente histórica, a termos a convicção de que a mudança é possível e, ao trabalharmos com temas relevantes, que incitam a curiosidade, podemos intervir na construção dos saberes e da autonomia. Dessa forma, os

projetos de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas podem transcender a constatação dos problemas para mudar a realidade.

Entretanto, os trabalhos de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas exigem um processo permanente e contínuo, pois, apesar dos resultados positivos apontados pelas entrevistadas (aumento no índice da adesão à alimentação escolar; redução de consumo de ultraprocessados; conhecimento das crianças sobre alimentação saudável; inclusão de crianças com seletividade alimentar), as crianças são expostas diariamente às mídias capitalistas da indústria dos ultraprocessados e à falta de acesso a alimentos saudáveis para muitas famílias. Além da falta de recursos disponíveis, a ausência da continuidade da educação alimentar com as famílias foi colocada como uma das principais dificuldades dos projetos.

No que se refere ao envolvimento da comunidade escolar, essa relação apresenta algumas lacunas: cinco professoras mencionaram que a participação das famílias nos projetos de Educação Alimentar e Nutricional é reduzida. Esse aspecto acaba refletindo na falta de continuidade do projeto no espaço familiar.

A participação das famílias foi evidenciada de duas formas principais: a primeira, por meio do envio para a escola de materiais que contribuem com as atividades, como: sementes e mudas para a horta escolar, frutas e outros ingredientes para atividades de degustação, figuras, embalagens e outros materiais solicitados. Essa forma de colaboração foi evidenciada em seis entrevistas, nas quais foi destacado que as famílias são presentes e gostam de se envolver quando convidadas. A segunda forma de participação evidenciada foi por meio da informação. As entrevistas apontaram que essa forma de inserção das famílias é uma estratégia de ampliação da educação alimentar além dos muros da escola e que tem implicado os resultados da mudança na alimentação das crianças.

Assim, constatamos que as atividades de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas estaduais de Araranguá vêm contribuindo para a promoção da segurança alimentar das crianças e para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, tanto dentro quanto fora da escola. Esses avanços são particularmente notáveis quando há uma colaboração ativa entre a escola e as famílias, mostrando que a educação alimentar é um processo coletivo que se fortalece com a participação comunitária. No entanto, é fundamental reconhecer e enfrentar os desafios sociais e culturais de origem colonial que ainda

persistem e que podem limitar a plena efetividade dessas ações. Dessa forma, para que o direito humano à alimentação adequada e o direito à aprendizagem sejam plenamente garantidos, é essencial que essas iniciativas sejam contínuas, promovendo uma mudança cultural que valorize a alimentação saudável como um direito e um dever de todos.

Referências

- ALMEIDA, S. Nossa alimento é a esperança. In: CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022. p. 11-15.
- AZEVEDO, E. de. Colonialidade alimentar. In: CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (Org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 309-315.
- BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. **Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Ministério da Educação: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/index.php/documentos/alimentacao-escolar-2015-525/legislacao-517>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- CASTRO, I. R. R. de. Tendências temporais de indicadores do estado nutricional no Brasil. In: CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (Org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022a. p. 135-144.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022b.
- FAO. **Comité de Segurança Alimentar Mundial debate os desafios da fome**. Roma, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org/news/story/pt/item/203941/icode/>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FAO; FIDA; UNICEF; PAM; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2021:** transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Roma: FAO. 2021. E-book. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/b4474en>. Acesso em: 19 abr. 2022.

FREIRE, P. **Política e educação.** 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. de. A instituição do fracasso: A educação da ralé. In: SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 281-304.

GENTILI, P. O direito a educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação Sociedade,** Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 jun. 2022.

LEVY, R. B. et al. Evolução nos padrões alimentares na população brasileira e implicações do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde e no meio ambiente. In: CAMPOLLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (Org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro.** São Paulo: Elefante, 2022. p. 107-121.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Conheça o WFP, ganhador do prêmio Nobel da Paz.** 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/104656-conheca-o-wfp-ganhador-do-premio-nobel-da-paz>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das organizações internacionais.** 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

Como citar este artigo:

MACIEL, Vanessa Policarpo; ROCHA, Luciano Daudt da. Educação alimentar e nutricional nas escolas: garantia do direito humano à alimentação adequada. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 22, 2025. Disponível em:
<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1605>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuições individuais: Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Vanessa Policarpo Maciel. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Luciano Daudt da Rocha.

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Os autores informam que não recorreram a ferramentas, modelos ou serviços de Inteligência Artificial em nenhuma etapa de concepção, escrita, revisão ou análise deste manuscrito, responsabilizando-se integralmente por todo o conteúdo produzido.

Revisores: Lavínia Maria de Oliveira Vicente (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT)

Sobre as autoras:

VANESSA POLICARPO MACIEL é mestra em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Pesquisadora do GEDIC - Grupo de Pesquisa Educação, Infância e Cultura da Universidade do Sul de Santa Catarina e na Linha de Pesquisa Educação para a Democracia em contextos locais e globais. Nutricionista com especialização em Nutrição no TEA, Pedagoga e Bacharela em História.

LUCIANO DAUDT DA ROCHA Doutor em História Global (2021) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação (2006) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciado em História (2001) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGE/UNISUL), na linha de pesquisa "Relações Culturais e Históricas na Educação". Professor dos cursos de Graduação em História e Relações Internacionais da UNISUL. Pesquisa e orienta pesquisas sobre História Global e Educação para a Democracia a partir de perspectivas interseccionais e decoloniais. Membro do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina (CEP/UNISUL).

Recebido em 09 de setembro de 2024

Versão corrigida recebida em 05 de novembro de 2025

Aprovado em 28 de novembro de 2025